

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE

-----Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Laurentino Dias, com a presença do primeiro secretário Doutor Raul Cunha e segundo secretário Doutor Manuel Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Foi anunciado, pelo Senhor Presidente da Mesa, o pedido de suspensão de mandato apresentado por Nelson Daniel da Silva Pereira. Porém, atendendo o teor do requerimento, bem como os restantes requerimentos apresentados pelos membros do Partido Social Democrata, nos quais era solicitada a substituição na presente sessão, o Senhor Presidente da Mesa mencionou que a Assembleia apenas podia justificar a falta e não autorizar a sua substituição. Usou da palavra Pedro Frazão alegando que ao abrigo do número seis e sete do artigo sétimo e artigo oitavo do Regimento, um Membro da Assembleia Municipal podia fazer-se substituir desde que o período de ausência fosse até trinta dias. Consultado o Regimento tomou, de novo, a palavra o Senhor Presidente da Mesa para dar razão a Pedro Frazão mencionando, no entanto, que o que estava explanado no artigo sétimo e oitavo era uma aberração, uma vez que o Membro da Assembleia não se podia fazer substituir, alegando que cabia ao Plenário da Assembleia Municipal fazer a substituição a requerimento de um dos membros, aquando do pedido de suspensão do mandato. No entanto, mencionou que atendendo a que o Regimento tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal, então, Nelson Daniel da Silva Pereira, Jorge Adélio Martins Pereira da Costa e Belarmino Oliveira Costa, viam o pedido aceite pela Mesa, mas com o seguinte pedido expresso: “O Presidente da Assembleia Municipal solicita à Comissão que elaborou inicialmente este Regimento, o obséquio de rever este instituto de suspensão de mandato, porque no meu entender não me parece que está adaptado”. De seguida comunicou que Nuno José Ferreira Magalhães, eleito pela Coligação Democrática Unitária, apresentou um pedido de renúncia de

mandato, que operava automaticamente e não era objecto de votação, tomando assento na Assembleia o elemento imediatamente a seguir na lista da Coligação Unitária Democrática. Tomaram assento na Assembleia os elementos após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e sete membros. De seguida, leu o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para, querendo, consultar. Seguidamente, deu conhecimento que tinha dado entrada um Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Alves Gomes, subscrito por um conjunto de membros da Assembleia Municipal, atendendo ao seu percurso de vida, designadamente, que tinha sido dos primeiros presos políticos de Fafe, Presidente da Comissão Administrativa da Freguesia de Regadas e um dos elementos fundadores da Casa do Povo de Regadas. Tomou a palavra Armando Lobo para fazer uma breve exposição sobre o Senhor Jaime Alves Gomes. Terminada a sua intervenção, o Senhor Presidente da Mesa colocou o Voto de Pesar a votação, sendo aprovado, por unanimidade e observado um minuto de silêncio. Deu-se início às inscrições para intervenção. Iniciou o período de intervenções Joaquim Magalhães para louvar os dias e horas que a Comissão tinha passado a elaborar o Regimento da Assembleia Municipal, dizendo que não havia regimento ou lei perfeita e que havia lacunas a corrigir. Mencionou que o teor dos artigos sétimo e oitavo não eram nenhuma aberração e que a Lei actual, no artigo setenta e oito, permitia que cada um se fizesse substituir desde que essa substituição não ultrapassasse os trinta dias. Disse ainda que um membro da Coligação Democrática Unitária teve que se deslocar para assinar o requerimento a solicitar a renúncia de mandato quando isso não era necessário, uma vez que pedindo a suspensão por trezentos e sessenta e cinco dias e não apresentando, por escrito, a vontade de reiniciar o mandato no primeiro dia útil, o membro seria automaticamente substituído pelo elemento que se seguia na mesma lista. De seguida solicitou que se clarificasse quem podia ou não participar nas sessões, uma vez que na última sessão, a maioria socialista tinha impedido um membro de participar na sessão, quando o mesmo tinha o direito de estar presente. Terminada a sua intervenção, interveio Vitor Silva referindo que a Autarquia, para além dos funcionários do quadro e os de tarefa ou avença cujo conhecimento tinha sido dado à Assembleia Municipal, dispunha de outros, cujo encargo financeiro era

assumido pela Autarquia e cuja despesa se encontrava escondida em rubrica bem diferente daquela que legalmente lhe caberia, nomeadamente, nos subsídios atribuídos ao Centro Cultural, Social e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Fafe, justificados com fins específicos, como o “apoio social”, o “apoio ao Jantar de Natal” e outros. Continuou a sua intervenção dizendo que os ditos subsídios, embora direccionados à dita associação, tinham um propósito diferente daquele que era apresentado como proposta nas reuniões de Câmara, e era votada desfavoravelmente pelos Vereadores do Partido Social Democrata, uma vez que parte significativa da verba atribuída pela Câmara se destinava ao pagamento de remunerações a dois funcionários que eram publicamente conhecidos como funcionários do Município, exercendo funções de motoristas, mas encontravam-se formalmente vinculados àquela associação. Mencionou que a Câmara estava a actuar num absoluto quadro de ilegalidade. Nestes termos, e a ser uma situação verídica, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o assunto. Afirmou ainda que a Autarquia tinha um quadro próprio e que a colocação de funcionários em terceiras entidades, poderia ser uma forma encapotada e por isso ilegal de aumentar o quadro de pessoal. Disse que configurava ainda uma forma discriminatória de actuação relativamente a outras entidades e que querendo ter funcionários ao seu serviço sempre lhes teriam que pagar; que, legalmente não era possível à autarquia assumir tais custos, uma vez que a atribuição de qualquer subsídio deveria sempre ter um fim específico que nunca e em caso algum o pagamento de remunerações a funcionários. Terminou, afirmando que era uma actuação ferida de absoluta ilegalidade e sem correcção e que era uma situação imperceptível, uma vez que os referidos funcionários tinham prestado serviço para a Câmara no âmbito do programa da “Luta contra a Pobreza”, cuja entidade acolhedora e responsável tinha sido a Cercifafe, que tinha funcionado como “barriga de aluguer”, pois todas as directrizes e dinheiro tinham sido dirigidos pela Autarquia. Seguidamente, usou da palavra Orlando Leite dizendo que em conformidade com o relatório final da Comissão de Peritos sobre o encerramento das Urgências, o Município de Fafe iria ser contemplado com o encerramento do Serviço de Urgências como se esperava, isto porque, atendendo ao resultado da última Assembleia, se tinha verificado que para o Partido Socialista e para o Senhor Presidente da Câmara o

importante era aceitar as decisões do Governo, porque questionar e discordar era o papel da oposição. Alertou ainda que a Assembleia não deve confundir os interesses da Autarquia com os interesses partidários. Criticou o “timing” das advertências existentes no referido relatório final nomeadamente a necessidade do encerramento ser efectuado de forma gradual e da necessidade de haver um aumento e reestruturação do sistema de transporte de doentes, advertências que levaram o Senhor Ministro da Saúde a transmitir que a decisão final seria política e tomada em Junho. Lamentou que tenham sido os médicos do Hospital Senhora da Oliveira a manifestar o seu desagrado pela decisão tomada e questionar a falta de meios do Serviço de Urgência ainda antes do encerramento do Serviço de Urgências do Hospital de Fafe. Afirmou que se deve continuar a reclamar uma tomada de posição mais enérgica e consentânea com a defesa dos interesses dos Fafenses, mesmo que, pelo meio, existam interesses corporativos. Atendendo a que uma das alterações previstas na área da Justiça está directamente relacionada com a revisão do mapa judiciário e conseqüente criação de novas circunscrições judiciais, tendo por base uma nova realidade diferente das actuais Comarcas, questionou o Senhor Presidente da Câmara e o Partido Socialista sobre o que vai fazer para defender os interesses do Concelho. Finalizou a sua intervenção dizendo que, em nome pessoal e do CSD/PP, preferia, no final de qualquer um destes processos, sublinhar o empenho numa boa solução do que ter que, mais uma vez, criticar pela manifesta omissão na defesa dos interesses do concelho. Terminada a intervenção, tomou a palavra Catarina Mendes que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fosse efectuado o ponto de situação relativo às Urgências do Hospital de Fafe. De seguida, manifestou o desagrado do Bloco de Esquerda pela iniciativa da Naturfafe relativa a uma Montaria ao Javali, questionando o porquê desta acção efectuada por uma cooperativa que tinha ido buscar o seu nome à natureza. Comunicou ainda, que tinha sido com alguma decepção que tinha lido as declarações relativas à Naturfafe onde se mencionava que, por ser um ano de arranque, seria um ano em que não se poderia esperar grandes coisas. Manifestou, também, um voto de congratulação pelo avanço dos projectos: o Jardim do Calvário e o Teatro-Cinema, que contribuirão para o aumento da qualidade de vida dos Fafenses, porém era da opinião que, em ambos os projectos, as verbas envolvidas eram

excessivas para um concelho com carências como o de Fafe. Relativamente à “Casa Apalaçada”, sita na Avenida cinco de Outubro mencionou que, atendendo a progressiva descaracterização da cidade, tinha sido com pesar que assistiram à sua demolição e que era lamentável que não tenha havido a preocupação em manter a fachada desse edifício, mesmo não se tratando de um prédio classificado. Disse ainda que, a acreditar nas declarações do Senhor Presidente da Câmara, restava esperar que os promotores da obra revelassem melhor gosto arquitectónico que aquele a que os têm habituado. Finalmente, felicitou o executivo pela sensibilidade que demonstraram na questão da Mobilidade. De seguida, interveio Miguel Summavielle que se congratulou pelo facto da Polícia Judiciária saber onde estavam as fritadeiras e o cortador de legumes. Relativamente à aquisição do Palacete, mencionou que não questionava a sua aquisição, e que apesar do seu valor ser superior ao valor de mercado, era inferior aos valores exorbitantes que a Câmara os têm habituado nas suas aquisições, nomeadamente, o Cine-Teatro. Questionou, no entanto, sobre o objectivo da Câmara em adquirir um conjunto determinado de património, se tem de facto uma ideia do que quer fazer, se compra por comprar, para aumentar o património, ou se pretende lá instalar um conjunto de Serviços. Caso fosse essa a ideia, perguntou porque não se consultou o Estado sobre uma possível aquisição do edifício do Palacete ao lado do edifício do Centro de Emprego e que estava devoluto. Questionou, ainda porque é que a Câmara anunciava sobre o que iria colocar no Cine-Teatro a Academia de Música José Atalaya e não indicava o que iria fazer com o edifício do Palacete (Ex-Grémio). Perguntou, também o que irá fazer aos edifícios das Escolas Primárias da freguesia de Fafe que irão encerrar no âmbito da Carta Educativa. De seguida, interveio Pedro Frazão para prestar alguns esclarecimentos relativos à convocação da Assembleia Extraordinária e ao facto do seu nome ter sido mencionado na Sessão anterior. Nestes termos, mencionou que depois de entregar o requerimento com o pedido de convocação da Assembleia Extraordinária na Câmara e após várias tentativas, não obteve qualquer resposta relativamente ao referido requerimento. Atendendo a que o Presidente da Assembleia Municipal não tinha procedido à convocação da dita sessão, nos termos do Regimento, disse que remeteram um edital para publicação num jornal da terra, que tem o fecho da sua edição na quarta-feira, procedendo,

desta forma à convocação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Mencionou que nesse dia foi contactado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de o informar que o assunto das Urgências do Hospital de Fafe iria ser incluído na agenda de trabalhos da Sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis e que não haveria necessidade de convocar uma Sessão Extraordinária. Disse que informou o Senhor Presidente da Assembleia do estado do processo, inclusive que já tinham procedido à publicação do edital e que, como não era líder do Partido, iria contactar todos os intervenientes no processo e retribuiria a chamada, o que tentou, mas não conseguiu. Afirmou que não houve um segundo contacto, no entanto não era verdade que tenha concordado com a introdução do tema das Urgências na Agenda de Trabalhos da Sessão ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis. Ainda relativamente ao assunto das Urgências e atendendo a que o relatório preliminar seria objecto de discussão pública, no sentido de dar oportunidade de contestar o mesmo, afirmou que tinha sido com surpresa que verificou que o relatório final era um documento que mantinha, quase na totalidade, o teor do relatório inicial e que o trabalho efectuado no sentido de refutar o estudo inicial, defendendo a manutenção das urgências, não tinha valido de nada. Disse, ainda, que os critérios utilizados para justificar o encerramento das urgências do Hospital de Fafe estavam errados. Mencionou que, atendendo aos factos, nomeadamente as declarações do Senhor Presidente da Câmara para a Imprensa, o Partido Socialista de Fafe estava a favor do encerramento das urgências, que este não se tinha pronunciado relativamente ao relatório, desconhecendo-se a posição do Partido Socialista relativa a esta matéria. Afirmou, ainda, que na última Sessão a unanimidade relativa à questão das urgências não tinha sido conseguida porque o Partido Socialista, preocupado com a sua agenda política e em retomar a sua prevalência, assim o pretendeu. Terminada a sua intervenção, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para prestar esclarecimentos sobre a impossibilidade de Pedro Frazão não o ter conseguido contactar. De seguida, interveio Leonor Castro que iniciou a sua intervenção saudando os Fafenses pelo comportamento cívico demonstrado em relação ao Referendo no dia onze de Fevereiro de dois mil e sete. Congratulou-se pelo resultado nacional, sublinhando o importante significado da vitória do “Sim à despenalização”, que

foi uma vitória da democracia e da liberdade, da dignidade e saúde da mulher, com valores progressistas de tolerância e respeito pela convicção de cada um, uma vitória da verdade e do esclarecimento contra a mentira e a hipocrisia. Fez votos no sentido de que o processo legislativo fosse célere de forma a combater o negócio sórdido do aborto clandestino. De seguida fez uma análise crítica sobre os dois anos de Governo Socialista, salientando os resultados divulgados que classificavam os portugueses como dos mais pobres da União Europeia e os argumentos do Ministro da Economia na China, que reflectiam a actividade do Governo. Saudou as populações dos vários concelhos que se manifestaram, juntamente com os seus autarcas, contra o encerramento das urgências. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre as diligências que tomou; qual a sua posição na(s) reunião(ões) que teve e que resultados daí se obtiveram; como se posicionou em relação ao conturbado e instável ambiente que se vive nos Serviços do Hospital de Guimarães, com a demissão do Director do Serviço de Urgência e dos oito Chefes de Equipa – se ignorou o facto, se o relacionou com o futuro dos utentes do actual Serviço de Urgências de Fafe, na certeza de que Guimarães não oferece, de facto, condições para os acolher. Em suma, perguntou, o que alterou, se algo alterou, ou como evoluiu esta questão. Seguidamente, usou da palavra Ricardo Silva para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a abertura da Biblioteca ao público, atendendo a que aparentemente estava concluída. Posteriormente, interveio o Senhor Presidente da Junta de Fafe para, relativamente à intervenção de Pedro Frazão, mencionar que não era verdade que o Partido Socialista não tinha feito nada relativamente ao encerramento das Urgências do Hospital de Fafe, uma vez que ele, militante do referido partido e Presidente da Junta de Fafe, tinha feito chegar um abaixo assinado com seis mil assinaturas ao Senhor Ministro da Saúde, transmitindo a discordância da população de Fafe relativamente a este assunto. Disse ainda, que, através de um ofício remetido ao Senhor Ministro da Saúde, o tinha alertado para a problemática das Urgências de Guimarães e sobre o qual tinha obtido resposta do Governo. Terminada a sua intervenção, tomou a palavra Pedro Frazão, pedindo desculpa ao Presidente da Junta da Freguesia de Fafe, e afirmando que quando falou do Partido Socialista se referia à Comissão Política. Disse também que, dada a gravidade da situação o Partido Socialista deveria ter

seguido o exemplo do Presidente da Junta de Fafe, nomeadamente, o seu desempenho na luta contra o encerramento das urgências. De seguida, interveio Jorge Pimentel que, relativamente à Carta Educativa, nomeadamente, à educação rodoviária, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara de que forma é que a Câmara podia articular ou guardar esta preocupação. Posteriormente, usou da palavra Albino Costa para prestar alguns esclarecimentos relativamente à posição do Partido Socialista no que concerne à questão das Urgências do Hospital de Fafe. Relativamente à intervenção de Pedro Frazão, informou-o que em Outubro de dois mil e seis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha tido uma reunião relativa ao assunto das urgências e tirado algumas conclusões que resultaram na elaboração de um documento que leu. De seguida, mencionou que o executivo tinha tido, na questão das urgências, uma posição serena e trilhado um caminho de responsabilidade, ponderação e diálogo com a tutela que apoiavam desde a primeira hora. Mencionou ainda que não questionava o bom governo do actual responsável pela tutela de saúde. Disse que apoiavam a integração do Hospital de S. José no Centro Hospitalar do Alto Ave, uma vez que este poderia ganhar com a integração, nomeadamente na implementação de mecanismos de acreditação de qualidade e nos processos de acreditação ao nível da formação e da “injecção de sangue novo” através da admissão de internos. De seguida interveio Orlando Leite para, relativamente ao edifício denominado de “Royal Center”, questionar o Senhor Presidente da Câmara se tinha dado entrada na Câmara algum pedido relacionado com o referido edifício. No caso da resposta ser negativa, perguntou ainda se a Câmara tinha definido sobre o que seria possível efectuar: se alterar e reconverter ou demolir e efectuar uma nova construção. Finalmente e atendendo às questões de higiene e salubridade e ao facto do edifício se situar no centro da cidade, perguntou se não se justificava que a Câmara tomasse medidas no sentido de obrigar à realização de uma limpeza. Terminada a intervenção de Orlando Leite, tomou a palavra Pedro Frazão para dizer que não percebia a posição do líder parlamentar do Partido Socialista uma vez que mencionou que estava a favor da manutenção de um serviço de urgências básico, seja ele qual for, e que aplaudia a política de saúde do Ministro da Saúde, dizendo que estava incondicionalmente com ele. Mencionou ainda que desconhecia o documento do Partido Socialista e que se

se tivesse efectuado a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, o mesmo podia ter sido debatido. De seguida, interveio Miguel Summavielle para, relativamente à intervenção de Albino Costa, dizer que não conseguia perceber como era possível defender-se o encerramento do serviço de urgências tal como está e ao mesmo tempo entender-se que Fafe precisava de um novo hospital. De seguida, lembrou o Senhor Presidente que tinha sido aprovada uma deliberação no sentido de ser apreciado e votado um plano de defesa para as florestas e que, atendendo a proximidade do período dos fogos florestais, o mesmo ainda não tinha sido apresentado. Terminadas as intervenções do período de antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os respectivos esclarecimentos. Neste sentido, iniciou a sua intervenção para responder à questão de Vítor Silva relativa aos subsídios atribuídos à Comissão de Trabalhadores da Câmara dizendo que os mesmos foram consignados e aplicados nos objectivos para que tinham sido atribuídos. Disse ainda que a Câmara não tinha feito qualquer transferência ou contratação ilegal. Explicou que os funcionários a que se referiu estiveram na referida Comissão e que eram os mesmos que estiveram cinco anos ao serviço do programa de “Luta Contra a Pobreza” e que como havia a perspectiva de retomar um programa semelhante, tinha solicitado à Comissão para, temporariamente, os acolher. Disse ainda que deixaria outras questões para outro momento uma vez que Vítor Silva lhe tinha aberto as portas para responder mais tarde, de forma mais precisa. Relativamente à questão do Royal Center, levantada por Orlando Leite, respondeu que não tinha conhecimento sobre a entrada de qualquer projecto ou viabilidade; que em tempos, tinha havido contactos com o adquirente da massa falida, a quem tinha sido dito que não se aceitaria que o edifício ficasse como está e que teria que ser efectuada uma reformulação. Mencionou, ainda que o Município, em tempos, tinha deliberado a sua demolição que foi suspensa pelo Tribunal. Relativamente à limpeza do edifício afirmou que a iriam fazer. Relativamente às alterações na área da Justiça com a revisão do mapa judiciário, mencionou que desconhecia, porém a acontecer não deixaria de tomar uma posição e fazer a defesa dos interesses do concelho. No que concerne às questões colocadas por Catarina Mendes, mencionou que, quando tinha dito que não se podia esperar grande coisa à Naturfafe, quis dizer que era o ano de arranque, de

organização. No que se refere ao edifício contíguo à Câmara, que foi demolido, mencionou que o mesmo não tinha qualquer protecção significativa e que os pareceres técnicos eram inequívocos em relação à sua demolição e que tinha seguido os referidos pareceres porque tinha concordado com os mesmos. Respondendo às questões colocadas por Miguel Summavielle, disse que a questão do património tinha sido abordada aquando da aprovação do Plano e Orçamento e que tinha explicado a sua intenção, mas que havia a possibilidade de lá instalar serviços da área da Justiça. Afirmou que não comprava património por comprar. Relativamente ao Palacete, mencionou que tinha recusado a transferência do direito de superfície para o Município uma vez que só aceitaria a sua doação definitiva. Afirmou, ainda que tinha muito gosto em enviar o Plano de Florestas e que o mesmo já tinha sido aprovado e apresentado em devido tempo à Secretaria de Estado. Respondendo à questão colocada por Ricardo Silva, informou que a Biblioteca estava a ser equipada e deveria abrir ao público até final do mês de Março. Relativamente à pergunta efectuada por Jorge Pimentel, apelou a todos, pais e cidadãos, que se tivessem conhecimento de situações de insegurança/incumprimento das normas, alertassem a Câmara. Informou ainda que no último Conselho Local de Educação tinha solicitado à Guarda Nacional Republicana para fazer uma fiscalização rigorosa destas situações. No que concerne à questão das Urgências, informou que desde a última Assembleia Municipal tinha tido uma reunião, juntamente com o Presidente da Assembleia, com a Senhora Secretária de Estado. Disse ainda que tinham sido alertados de que a decisão final seria política, como era do conhecimento geral. Afirmou que confiava que a estratégia definida para resolver o problema seria a melhor estratégia, nomeadamente, a utilização da dupla função do Presidente da Assembleia e Membro do Governo em termos políticos e a capacidade de convencer os Governantes da bondade das posições. Informou ainda, que tinha estado durante o dia de sexta (vinte e três de Fevereiro) em contacto com a Administração Regional de Saúde e o Gabinete do Senhor Ministro da Saúde e que no dia seguinte iria assinar um Protocolo com o Senhor Ministro da Saúde. Deu conhecimento de alguns dos pontos do protocolo, designadamente, que o Centro de Saúde iria funcionar em regime de consulta aberta das oito horas às vinte e duas nos dias úteis e das nove horas às dezoito aos fins de semana

e feriados; que iria funcionar um Serviço de Urgência Básico no Hospital de S. José de Fafe e colocada, no referido Hospital, uma ambulância SIV, composta por um enfermeiro e um técnico de ambulância de emergência. Mencionou ainda que, aquando da reunião com a Secretária de Estado tinha sido assegurado que a questão da Urgência iria ser equacionada pela Administração do Centro Hospitalar do Alto Ave, que teria a incumbência de dividir os serviços entre o Hospital de Guimarães e Fafe. Afirmou que sentia ter cumprido o mandado que a Assembleia lhe tinha confiado e que deveria haver a humildade democrática de reconhecer que tinham efectuado um bom trabalho e que não se deveria dizer que tinha havido sintonia partidária e o Ministério da Saúde tinha feito isto porque Fafe era do Partido Socialista. Terminados os esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra Albino Costa para dizer que a informação que o Senhor Presidente tinha prestado alterava as coisas. Relativamente ao documento elaborado e que Pedro Frazão tinha dito desconhecer, mencionou que esse documento era do conhecimento do Senhor Vereador Pedro Gonçalves do Partido Social Democrata a quem tinha sido entregue. De seguida, interveio Vítor Silva para dizer que não se sentia satisfeito com as explicações dadas relativas à questão dos funcionários, nomeadamente, quem lhes pagava efectivamente, e se era a Comissão com que dinheiro. Como era pensável que ficassem em “stand by” até ao aparecimento de outro programa e se outros municípios não poderiam candidatar-se a esses programas. Se não seria uma política de favorecimento. Concluiu a sua intervenção afirmando que o Senhor Presidente da Câmara deveria esclarecer as questões com clareza e rigor. O Senhor Presidente da Mesa alertou para a hora dizendo que tinha terminado o tempo estipulado para o período de Antes da Ordem do Dia. De seguida tomou a palavra António Cunha para dizer que tinha ficado surpreendido com o acordado relativamente às urgências. Questionou sobre a aceitação de um Serviço de Urgências Básico mesmo desconhecendo o seu funcionamento. Relativamente à ambulância, mencionou que para se poder fazer um suporte básico de vida era preciso conhecimento e o treino adequado de pessoas, o que não se podia fazer no Hospital de Fafe; o que se pretendia era calar bocas. Finalizou a sua intervenção afirmando que iria haver uma degradação do Serviço, uma despromoção e que os cidadãos iriam ter piores condições de

acesso à saúde e de atendimento na doença. De seguida usou da palavra Miguel Summavielle para mencionar que resultava da resposta do Senhor Presidente da Câmara que não existiam ideias quanto ao património. Relativamente às chamadas de atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativas ao cumprimento dos tempos, solicitou o seu rigor no cumprimento das deliberações, lembrando que tinha sido deliberado, por maioria, que o documento sobre os fogos florestais deveria ir a discussão e aprovação da Assembleia. Seguidamente interveio Pedro Frazão para afirmar que o Grupo do Partido Social Democrata sempre tratou da questão das urgências com a máxima seriedade e que visava, única e simplesmente, o interesse da cidade de Fafe e caso entendesse que os interesses da população teriam sido salvaguardados diria isso na Assembleia Municipal. Posteriormente, usou da palavra Arlindo Gil para perguntar se a viatura SIV era uma ambulância ou uma viatura de emergência rápida, explicando as diferenças existentes entre ambas. De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos relativos ao Protocolo. Relativamente à intervenção de António Cunha mencionou que não dominava a terminologia relativa à área de saúde, mas que o que tinha dito era que a partir de um de Outubro seria colocada uma ambulância SIV com tripulação profissionalizada composta por um enfermeiro e um técnico de ambulância de emergência. Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre as intervenções que tinha feito e a diligência que colocada na matéria em questão, bem como a determinação tranquila com que tinha abordado a questão durante todo o processo. Manifestou, também, o seu agrado pela resolução final encontrada que achava ser a defesa mais eficaz dos interesses da população de Fafe em matéria de cobertura das necessidades de saúde. Como mais ninguém quis intervir, entrou-se no Período da Ordem do Dia com o **ponto dois ponto um – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal*** – Foi dada a palavra a Leonor Castro que demonstrou preocupação pela repetição de obras que se perpetuavam na apreciação e que têm sido repetidas ao longo de várias apreciações. Relativamente à rubrica de Acção Social, Saúde e Solidariedade onde se dava conhecimento que o Município tinha sido agraciado com a

Bandeira de Prata pela Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, mencionou que, tirando a parte do centro da Cidade e o Centro de Saúde de Fafe, os deficientes têm dificuldade em se movimentar e que não conseguem recorrer a uma Instituição Pública sozinhos. Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que, relativamente às obras, pontualmente há atrasos, porém referiu que essa perpetuidade se devia ao facto de algumas das obras referidas terem o prazo de execução de um ano. Relativamente à distinção afirmou que a Câmara quando assinou o protocolo se tinha comprometido a executar obras numa determinada área que compreendia o centro da cidade, no sentido de criar acessibilidades para todos. Disse ainda que este compromisso tinha sido excedido e que tinha sido publicamente reconhecido pelo Presidente da Entidade que distinguiu o concelho que se tivesse que eleger um município como bandeira da referida Entidade na matéria, seria o Município de Fafe. Afirmou que ainda havia muito para fazer e seria feito, mas que em alguns casos não seria fácil. Finalizou a sua intervenção dizendo que o Município se deveria orgulhar da distinção que lhe tinha sido feita. Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato para o ponto dois ponto dois – ***Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do Edifício Escolar, sita na freguesia de Felgueiras à Junta de Freguesia*** – Tomou a palavra Miguel Summavielle para dizer que, uma vez mais, faltava informação e que a deliberação deveria ser fundamentada para que pudessem decidir de forma consciente e não serem obrigados a assumir uma posição de abstenção. Relativamente ao ponto anterior, solicitou ao Senhor Presidente a melhor atenção para a obra de reperfilamento da Rua do Retiro uma vez que os passeios não teriam a dimensão que permitiria as acessibilidades a deficientes. Tomou a palavra Catarina Mendes para mencionar que a proposta não tinha elementos suficientes para uma votação com segurança. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer que estava de acordo com o que tinha sido dito e que as propostas deveriam ser acompanhadas de um mínimo de notas. Como mais ninguém quis intervir foi posta a votação e aprovada por maioria, com seis abstenções. Catarina Mendes fez a seguinte declaração de voto: *“Esta proposta carece de elementos para que possamos votar com segurança esta ponto da ordem de trabalhos. Com a certeza de que o destino a dar a este*

edifício será do interesse de Felgueiras, não poderemos, contudo, decidir o nosso voto, sem vermos esclarecidos os fins para que se destinará o edifício em questão. Esta situação tem-se repetido demasiadas vezes e novamente solicitamos uma maior atenção, por parte dos serviços responsáveis, à qualidade da documentação fornecida.” De seguida fez declaração de voto Miguel Summavielle: *“Abstemo-nos por falta de elementos justificativos da proposta.”* Não havendo mais declarações de voto, foram colocadas a aprovação as actas da sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis. Interveio Vítor Silva para dizer que tinha recebido as actas no final da tarde, e que não tinha tido possibilidade de as ler. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Membros da Assembleia se se encontravam em condições de votar as actas. Como ninguém se pronunciou foi posta a votação a acta da reunião de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis. Tomou a palavra Pedro Valente para rectificar o conteúdo das suas intervenções. De seguida tomou a palavra António Cunha para dizer que o seu nome tinha sido trocado. Como mais ninguém quis intervir, foi aprovada, por maioria, com cinco abstenções. Relativamente à acta da reunião realizada em dois de Janeiro de dois mil e sete, Pedro Valente solicitou, novamente, que fosse rectificado o teor das suas intervenções. Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com oito abstenções. De seguida, foi colocada a votação a acta da reunião de três de Janeiro de dois mil e sete. Usou da palavra Catarina Mendes para fazer uma rectificação relativamente ao seu nome e para mencionar aquando da discussão dos pontos dois ponto seis a dois ponto dez, foi a primeira a intervir. Como mais ninguém quis intervir, foi posta a votação sendo aprovada, por maioria, com nove abstenções. Esgotada, assim, a ordem de trabalhos foi pelo Senhor Presidente da Mesa dada a palavra ao público. Como ninguém quis intervir, foi encerrada a sessão. E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.